

Arquivos e Educação: a Construção da Memória Educativa

MARIA JOÃO MOGARRO

Escola Superior de Educação de Portalegre

mariamogarro@mail.telepac.pt

RESUMO:

Os arquivos escolares motivam profundas preocupações relativamente à salvaguarda e preservação dos seus documentos, que constituem instrumentos fundamentais para a história da escola e a construção da memória educativa. A sua importância tem vindo a ser reconhecida, conduzindo a uma reflexão sobre a sua preservação, as condições de instalação, a organização correcta dos documentos e o acesso às informações que nele estão contidas. Os arquivos escolares constituem o repositório das fontes de informação directamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam estas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens. Neste texto pretende-se reflectir sobre: o lugar dos arquivos escolares nas instituições educativas; os documentos, a sua natureza e as potencialidades para a investigação em educação; os arquivos escolares numa perspectiva interdisciplinar; os arquivos, a cultura escolar e a construção da memória educativa.

PALAVRAS-CHAVE:

cultura escolar, arquivo, fontes históricas, memória.

Mogarro, Maria João (2006). Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. *Sísifo*.

Revista de Ciências da Educação, 1, pp. 71-84.

Consultado em [mês, ano] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>

O LUGAR DOS ARQUIVOS ESCOLARES NAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

Os arquivos e os seus documentos têm adquirido uma importância crescente no campo da história da educação. Eles possuem informações que permitem introduzir a uniformidade na análise realizada sobre os vários discursos que são produzidos pelos actores educativos — professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais têm representações diversas relativamente à escola e expressam-nas de formas diversificadas. O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar. O cruzamento que se estabelece entre os dados obtidos, através da análise dos documentos de um arquivo escolar, permitem realizar correlações estreitas entre as diversas informações (também obtidas em fundos documentais externos à escola), revelando um elevado índice de coerência e lógica internas do fundo arquivístico e o papel central dos seus documentos para a compreensão da organização e funcionamento da instituição que os produziu (Mogarro, 2001a, pp. 43-44).

Mas estas inteligibilidades só são estabelecidas pelos processos de investigação. No caso dos arquivos escolares, trabalhamos com documentos que estão depositados, na maior parte das situações, no silêncio desses mesmos arquivos e aí permane-

cem (resta saber se, de facto, ainda permanecerão) até que o investigador proceda a uma avaliação da sua pertinência para o processo de investigação, em função dos problemas previamente formulados (Mogarro, 2001a, p. 38). Se é verdade que o historiador inventa as suas fontes, “construindo-as” em articulação com o objecto de estudo e inserindo-as nas realidades históricas (e educativas, no caso que aqui nos interessa) em que foram produzidas e utilizadas, no caso dos arquivos escolares estamos perante fontes de informação tradicionalmente consagradas (os documentos de arquivo), embora também tradicionalmente consideradas menores no campo da história e, por isso, secundarizadas (pela sua condição de serem escolares e, em consequência, revelarem os processos educativos). Esta condição tem vindo a ser gradualmente modificada, com a atenção crescente que têm assumido os aspectos da vida quotidiana e os “fazeres ordinários” da escola, dois dos novos objectos de um número assinalável de investigações historiográficas.

As novas vertentes de análise e produção histórico-educativa obrigam a uma renovação dos olhares sobre os documentos de arquivos escolares e uma abertura teórico-metodológica que incorpore as estimulantes informações que eles disponibilizam. Os fundos destes arquivos são constituídos por documentos, geralmente em suporte de papel, organizados em livros, dossiers e avulsos, produzidos pelos actores educativos e pela própria instituição, no âmbito das suas actividades e a um ritmo que podemos considerar quase quotidiano.

A importância do lugar do arquivo na instituição escolar tem acompanhado a afirmação dessa mesma instituição como um microcosmos com formas e modos específicos de organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola.

No caso específico da situação portuguesa, a generalidade das escolas têm os fundos dos seus arquivos dispersos por vários espaços, como os sótãos, as caves, os vãos de escada e outros locais escondidos e desactivados, sem condições mínimas para albergarem os documentos de arquivo. Geralmente à guarda das respectivas secretarias e serviços administrativos, misturam-se documentos de origens diversas e utilidade também diversificada: a) documentos activos — ainda utilizados com regularidade, organizados (geralmente) e de acesso mais fácil; b) documentos semi-activos — cadastros de professores e de alunos, de que ainda são pedidos certificados a partir do original, estando identificados pela instituição e sendo localizados com relativa facilidade; c) documentos inactivos — nesta fase do seu ciclo de vida, os documentos encontram-se normalmente depositados em locais que não garantem as condições necessárias para a sua salvaguarda e preservação material, amontoando-se sem organização e misturando-se documentos de origem e natureza muito diversa.

A importância dos arquivos escolares tem adquirido visibilidade em projectos desenvolvidos nos últimos anos e que estiveram na origem de publicações de referência, em Portugal (Nóvoa & Santa-Clara, 2003; Ramos do Ó, 2003; Magalhães, 2001). Este processo tem similitudes com o movimento que se tem consolidado no panorama da investigação brasileira, nesta área, constituindo exemplos significativos os trabalhos sobre instituições educativas e os seus arquivos, publicados por Moraes e Alves (2002), Vidal e Zaia (2002) e Vidal e Moraes (2004), assim como a publicação de im-

portantes documentos relativos à presença feminina na educação escolar paulista da segunda metade de oitocentos, por Maria Lúcia Hilsdorf (1999), que efectuou o levantamento de fontes nos arquivos do estado e da universidade de S. Paulo. O conteúdo desta obra remete para a necessidade de perspectivar os arquivos escolares na sua articulação com outros arquivos de âmbito mais geral (nacionais, centrais, de ministérios, etc.), mas que também integram documentos com conteúdos educativos e cuja importância tem de se articular com os períodos históricos em que foram produzidos e com as especificidades que então apresentavam os sistemas educativos.

No caso português, a preocupação com a preservação e valorização do património histórico educativo é consensual, embora não encontre nos poderes instituídos a correspondência necessária para acções e decisões que se tornam urgentes. O levantamento efectuado em 1996, sob a coordenação de António Nóvoa, demonstrou que o estado de conservação da documentação de arquivo nas escolas secundárias portuguesas se pode considerar maioritariamente razoável, situando-se neste nível de apreciação 72,3 % das instituições consideradas, seguindo-se 11,5 % com nível bom, 10,3 % apresentando um estado mau e 5,7 % situando-se na categoria de “sem informação” (Nóvoa, 1997, p. 71). Contudo,

“O razoável estado de conservação da documentação poderá ... ser posto em causa a curto prazo, já que a capacidade de acondicionamento por parte da maioria das escolas é cada vez menor ... Esta situação tenderá a agravar-se muito rapidamente, uma vez que a capacidade de armazenamento de nova documentação é nula em cerca de metade das escolas e muito reduzida nas restantes ... O facto configura, portanto, uma situação de saturação e de ruptura total no que toca à capacidade de conservação de arquivos por parte da maioria das escolas. A muito curto prazo poderão intensificar-se os dois fenómenos negativos usuais nestas circunstâncias: a eliminação desregrada ou a manutenção desorganizada ou pulverizada dos mesmos” (p. 74).

Uma situação que não se alterou nos últimos anos, exceptuando-se os liceus em que houve uma

intervenção sistemática de organização dos seus arquivos, no âmbito de projectos de investigação (Nóvoa & Santa-Clara, 2003). Ao pensarmos nas medidas a adoptar para o futuro, temos que ter em conta que os arquivos escolares ocuparam, em muitos casos, locais físicos diversos, porque passaram sucessivamente ao longo da história da instituição escolar a que pertencem; também nessas transferências poderá ter-se perdido a lógica organizativa que lhe teria sido conferida no início. Hoje apresentam-se geralmente com a documentação disposta ao sabor do acaso e evidenciando a desorganização arquivística que terá sido provocada pelas mudanças de localização ao longo do tempo (mas que também poderá ser original, conforme os casos).

Assim, torna-se necessário realizar o levantamento de toda a documentação existente, elaborar um inventário da mesma e organizar os arquivos segundo critérios técnicos e científicos. Neste sentido, têm sido desenvolvidos esforços no âmbito de projectos relacionados com instituições educativas e em que a vertente arquivística e as preocupações técnicas com ela relacionadas assumem uma dimensão significativa (Vieira, 2003; Zaia, 2004), pois constituem o trabalho prévio e indispensável para a realização de pesquisas científicas e actividades pedagógicas. Há um longo caminho a percorrer, para a preservação e salvaguarda de documentos que contém informações valiosas para a história da escola e para o estudo da cultura escolar, constituindo um património fundamental na actualidade.

OS DOCUMENTOS E AS SUAS POTENCIALIDADES PARA A INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Os documentos de arquivo (manuscritos e dactilografados, no caso dos mais recentes) reflectem a vida da instituição que os produziu. No entanto, as informações fornecidas por estes documentos têm, necessariamente, de ser cruzadas com os dados que se encontram em fontes de outra natureza, apresentando-se em suportes variados e sob formas diversificadas. Muitas destas fontes de informação encontram-se no exterior da escola a que respeitam (e, conseqüentemente, do seu arquivo), sendo parte integrante de um universo que hoje é múltiplo e complexo. Este universo engloba as fontes de

informação mais tradicionais e consagradas, assim como aquelas que conquistaram recentemente o seu lugar neste contexto; integra fontes produzidas no interior das instituições, mas outras que lhes são exteriores; muitos dos seus documentos estão marcados pela materialidade dos seus suportes, outros pela oralidade com que os actores educativos expressaram os seus discursos. Ao localizar estes materiais, podemos estabelecer uma geografia documental sobre a escola:

- Textos legais e documentos emanados do poder central;
- Estatísticas oficiais;
- Relatórios técnicos, elaborados por inspectores, reitores e directores de escolas;
- Regulamentos, circulares, normas e outros textos gerados pela instituição escolar e de circulação interna, mas que também podem ser documentos que asseguram o fluxo de comunicação entre o organismo político de tutela e a própria escola;
- Documentos administrativos e pedagógicos, que constituem grande parte do acervo arquivístico de cada instituição educativa;
- Publicações exteriores à escola — livros, artigos de jornais e revistas, etc. São trabalhos científicos, pedagógicos e culturais, poesias, que muitas vezes surgem na imprensa regional e na imprensa pedagógica, da autoria de professores da instituição, os quais também publicaram livros, expressando através destas diversas modalidades a sua cultura profissional;
- Equipamento, mobiliário escolar e objectos de diversa natureza;
- Materiais didácticos, que se encontram na escola mas também, em muitos casos, integram acervos exteriores à instituição;
- Trabalhos escolares de alunos que, geralmente, pertencem a espólios particulares e revelam o significado atribuído pelas pessoas à escola e aos processos educativos, ao longo dos seus percursos de vida;
- Fotografias e outros documentos de natureza iconográfica;
- Testemunhos orais de professores, alunos, funcionários e outros elementos que exerceram funções no sistema educativo, na escola e na comunidade.

No seu conjunto, estas fontes de informação implicam o investigador numa atitude necessariamente atenta aos contextos educativos e culturais em que foram produzidas e à selecção a que sucessivamente foram submetidas pelas gerações de actores sociais que as tutelaram, ocupando diferentes níveis de poder decisório sobre elas e sobre a sua preservação ou eliminação. Em consequência, estes documentos constituem produções múltiplas, que reflectem a própria multidimensionalidade e complexidade das realidades escolares e formativas, assim como a diversidade e pluralidade dos meios de intervenção dos agentes educativos.

Estabelecendo um recorte específico neste universo das fontes de informação para a história da

educação e para a história da escola, perspectivamos de forma particular os documentos que integram os arquivos escolares. O lugar que eles ocupam decorre da riqueza dos seus documentos e do leque de temas e problemas que é possível investigar, numa aproximação significativa aos quotidianos escolares e às práticas pedagógicas. A análise dos fundos documentais de arquivos escolares de instituições que asseguraram a formação em vários níveis de ensino (Mogarro, 2001a, 2003a, 2005; Mogarro e Crespo, 2001), permitiu estabelecer a relação entre documentos de natureza diversificada e as investigações que os mesmos permitiam, relação essa que se desenvolve no quadro seguinte.

DESENVOLVIMENTO DE INVESTIGAÇÕES A PARTIR DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Documentos	Possíveis investigações
1. Actas do Conselho Escolar Actas diversas	<ul style="list-style-type: none"> • Tensões entre professores: debates, conflitos, estratégias de coordenação, reflexão interna sobre a instituição, tomadas de posição individuais • Opções pedagógicas e curriculares • Formas de abordagem dos problemas disciplinares dos alunos • Orientações internas da vida da escola • Actividades extra-curriculares, etc.
2. Livros de Cadastro de Professores Processos de professores	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização e evolução do corpo docente da instituição escolar: origem geográfica, formação académica e profissional, percurso e valorização profissional, anos de ligação à instituição
3. Livros de Cadastro e de Matrícula dos alunos Processos de alunos	<ul style="list-style-type: none"> • Definição do perfil dos alunos que, ao longo dos anos, frequentaram a escola: origem geográfica, articulação com a comunidade e a região, idade de entrada e saída da instituição, relação quantitativa de géneros, estudo da formação das elites locais, sociais e económicas, etc.
4. Livros de Termos e Coleção de Pautas do Aproveitamento Escolar Actas de Júris de Exame	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos resultados alcançados pelos alunos e estabelecimento das taxas do seu sucesso/insucesso
5. Regulamentos internos Ordens de serviço Avisos e Convocatórias Actas do Conselho Escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Apreensão da vida quotidiana escolar, dos valores, normas e regras, das questões disciplinares, das actividades extra-curriculares • Conhecimento do trabalho docente (através dos registos institucionais e pessoais que o permitem) e das relações (de cumplicidade e/ou de conflito) entre professores
6. Listas de professores, alunos, turmas Divisão de turmas e de turnos Horários Documentos sobre estágios, avaliação e outros elementos curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do trabalho de gestão e de organização pedagógica da instituição escolar • Identificação de modalidades de governo interno dos agentes e sujeitos educativos, assim como da organização do tempo e do espaço escolares • Análise da interpretação institucional relativamente aos planos de estudo, aos saberes disciplinares e às práticas escolares, na perspectiva de apreensão dos sentidos que a escola atribuía à sua actividade formativa

<p>7. Folhetos Brochuras Convites Anúncios</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de festas, espectáculos, exposições, manifestações e outras realizações muito diversificadas que marcaram o calendário escolar
<p>8. Colecções de correspondência expedida e recebida Circulares emanadas dos serviços centrais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização das relações institucionais com os organismos da tutela e avaliação do grau de autonomia das instituições escolares face ao poder central
<p>9. Relatórios (geralmente anuais)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão da imagem que a escola construiu sobre a sua actividade e funcionamento, na perspectiva da direcção da instituição • Conhecimento e análise das categorias utilizadas nestes documentos
<p>10. Livros de Sumários Materiais escolares (manuais, inventários, etc.) Inventário e ficheiros da Biblioteca Escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização dos traços da história do currículo, das disciplinas escolares e das relações pedagógicas, permitindo a • Apreensão dos elementos do quotidiano na sala de aula e da natureza dos processos educativos que nela se desenvolve(ra)m • Identificação do sentido que marcou a evolução dos saberes e dos modelos culturais e pedagógicos presentes na escola
<p>11. Trabalhos de Alunos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise dos mecanismos em que assentam os processos de ensino-aprendizagem e do significado dos rendimentos exigidos no âmbito das diversas disciplinas aos escolares • Compreensão, do ponto de vista dos alunos (uma perspectiva só muito recentemente valorizada), das evoluções e as mudanças profundas que ocorreram no campo da educação • Valorização deste tipo de fontes de informação, que raramente têm sido conservadas pelo arquivo da própria instituição escolar e que têm despertado um interesse renovado nos novos caminhos da investigação em educação
<p>12. Documentos relativos à gestão financeira e contabilidade da Escola Documentos relativos ao pessoal auxiliar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da gestão e dos critérios de aplicação do orçamento das escolas, remetendo para questões de economia da educação
<p>13. Jornais e revistas da instituição escolar Livros de Curso e Livros de Finalistas Outras publicações de professores e alunos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação das vozes (individuais e de grupo) de professores e alunos, a partir da análise destas publicações, em que os autores expressam a sua visão do mundo, da profissão e da escola • Levantamento destas obras, que também raramente são guardadas no arquivo da instituição
<p>14. Fotografias e imagens</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Observação e análise de um variado leque de documentos iconográficos da / sobre a escola, que permite apreender a riqueza dos espaços, dos ambientes, dos objectos e das pessoas. Também esta documentação raramente se mantém no arquivo da instituição escolar a que diz respeito.

A relação entre os documentos e as investigações que, a partir deles, se podem desenvolver não é unívoca e exclusiva. O quadro acima apresentado pretende sublinhar a importância e a riqueza dos documentos de arquivo para os estudos sobre a instituição educativa, a cultura escolar, o currículo,

registando as potencialidades de cada tipo de documento. No entanto, não se pode esquecer o necessário cruzamento das informações, que um documento pode conter, com as de outros documentos. Os seus contributos são fundamentais para um universo vasto de temas e problemas — a

flexibilidade e agilidade que o investigador imprime ao processo de investigação baseia-se na complementaridade da documentação em análise e na capacidade de usar a sua complexidade para trilhar novos caminhos nas suas pesquisas e na problematização das realidades educativas. O cruzamento de conteúdos é, neste sentido, uma operação fundamental. Por isso, o quadro apresentado fornece indicações importantes, mas não tem uma natureza prescritiva ou rígida e não reduz um conjunto de temas e problemas a um único tipo de documentos. Estes documentos permitem apreender a realidade educativa em que foram produzidos, mas podem ser lidos em perspectivas diversas e expressam, na sua materialidade e no seu conteúdo, a riqueza dos contextos de produção — isolados, são fragmentos do passado, cabendo ao historiador a tarefa de lhes conferir validade, coerência, lógica e unidade, no estabelecimento necessário de relações com outros documentos e acervos.

OS ARQUIVOS ESCOLARES NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

No contexto da diversidade de fontes de informação, os arquivos escolares corporizam a referência fundamental, pois que os seus documentos constituem, exactamente pela sua específica natureza, o “núcleo duro” do processo de pesquisa e garantem uma solidez acrescida e a validade das conclusões no fim de um percurso de investigação.

Os documentos de arquivo são os mais tradicionais como base da escrita da história, mas os novos caminhos da investigação em educação não deixam de lhes conferir esse lugar de centralidade, de matriz de referência, pela consistência das suas informações e pela segurança que transmitem aos investigadores. As novas fontes de informação expressam a preocupação com as vozes dos actores sociais e educativos (privilegiando os testemunhos orais e as lógicas narrativas de natureza pessoal) ou com a materialidade associada às práticas (como os objectos móveis que fazem parte dos espólios museológicos das escolas), mas a configuração da identidade histórica e institucional passa necessariamente pelo arquivo, enquanto repositório do processo de “escrituração” da escola. O arquivo

escolar garante, em cada instituição, a unidade, a coerência e a consistência que as memórias individuais sobre a escola, ou os objectos isolados por ela produzidos e utilizados, não podem conferir, por si sós, à memória e identidade que hoje se torna fundamental construir.

Mais uma vez, somos conduzidos a sublinhar a necessidade de articular e cruzar as informações de cada tipo de documento com as de outros documentos que se revelem pertinentes para o estudo a realizar. Estabelece-se assim o diálogo entre as diversas fontes de informação, entre os vários documentos, numa perspectiva de complementaridade e articulação entre eles. Esta perspectiva, exercida sobre os documentos de um arquivo entre si e também entre documentos de natureza diversa (comparar os dados recolhidos no arquivo escolar com as estatísticas oficiais, relativamente ao número de professores ou de alunos de uma instituição, por exemplo), é extensível aos próprios arquivos pois, como já referimos anteriormente, outros fundos podem possuir documentação relativa aos temas educativos a investigar e que complementem os dados recolhidos no arquivo escolar. Certamente que os arquivos do ministério da educação possuem uma vastíssima documentação sobre as diferentes escolas e estes documentos não se encontram, muito provavelmente, nos fundos guardados nas próprias instituições. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem também, nos seus fundos tão diversificados, documentos fundamentais para a compreensão da educação em Portugal.

Numa dimensão mais local, também se podem encontrar documentos de conteúdo educativo nos arquivos dos organismos e associações que se situam na localidade onde funciona(ou) a escola. Nos arquivos municipais estão depositados fundos sobre as instituições escolares e a evolução do sistema educativo, sendo possível, a partir da sua análise, reconstruir as dinâmicas de relacionamento entre as escolas e a comunidade envolvente e o papel que os professores desempenharam na sociedade local, por exemplo. Outra vertente significativa e que permite o cruzamento de dados é constituído pelos periódicos (jornais e revistas) de dimensão local e regional que, de forma regular e ao longo dos séculos XIX e XX, publicaram notícias de natureza educativa, expressando assim a importância que o

modelo escolar assumia na sociedade contemporânea. Esta imprensa constitui uma importante fonte de informação, cujos dados se podem correlacionar com a documentação dos arquivos escolares.

No registo mais íntimo da vida privada, os arquivos particulares de antigos alunos e professores guardam espólios constituídos por materiais muito variados, geralmente produzidos pelos próprios proprietários do arquivo. A conservação destes documentos ao longo de uma vida e a emoção com que são revisitados pelos seus detentores/produtores evidencia a importância que as pessoas atribuem aos processos escolares e formativos nas suas histórias de vida, assim como aos percursos profissionais, no caso dos professores. Estes espólios integram materiais e trabalhos escolares, fotografias, publicações, produtos decorrentes da actividade docente, que são documentos que normalmente não se encontram nos arquivos das instituições escolares. Por isso, complementam de uma forma particularmente feliz os arquivos das escolas onde esses alunos e professores viveram ciclos da sua formação e do exercício da profissão, tornando-se hoje insubstituíveis para construir uma imagem mais rica, completa e objectiva da educação, particularmente no caso português.

A atenção que os historiadores da educação crescentemente vêm atribuindo aos arquivos escolares radica numa atitude de diálogo plural, em que a questão das fontes de informação emerge como uma prioridade no quadro teórico-metodológico da história da educação e da história cultural. Torna-se urgente localizar, sistematizar, organizar e divulgar essas fontes, problematizando-as e validando-as, de forma que elas possam alimentar os novos temas e objectos de estudo incluídos no campo científico da história da educação: os alunos, nas suas especificidades (como a atenção renovada que tem sido dada à infância), os professores e a profissão docente, a formação de professores, as instituições escolares, a educação não formal, as questões de género, os públicos escolares minoritários, os quotidianos escolares, os saberes pedagógicos, a circulação e a apropriação de modelos culturais e as formas que os veiculam. Estas temáticas pressupõem a utilização de abordagens adequadas e o reforço das relações interdisciplinares que os historiadores da educação têm vindo a desenvolver. Hoje, estes têm à sua disposição um

vasto leque de instrumentos metodológicos para colocar ao serviço das suas pesquisas e estudos.

A crise dos paradigmas da ciência moderna e a relativização dos modelos teóricos anteriormente dominantes, libertou os processos investigativos dos constrangimentos que limitavam a sua flexibilidade face ao objecto estudado. Contudo, é necessário ressaltar que as teorias não perderam a sua importância, apenas o império que detinham sobre os processos de pesquisa e de investigação. A pluralidade e a diversidade das abordagens científicas, com os seus quadros conceptuais, metodológicos e instrumentais, conduzem a aproximações e cruzamentos interdisciplinares, motivados por essa posição prévia de flexibilidade relativamente ao objecto de estudo e pela necessidade de compreender, pelas formas e estratégias mais adequadas, os sentidos e as racionalidades internas dos fenómenos educativos.

Dois correntes metodológicas têm-se afirmado como portadoras de significativas potencialidades para os novos caminhos da história da educação: os modelos etnometodológicos e os instrumentos da nova história cultural. Os primeiros realçam o papel dos indivíduos na construção das relações sociais, deslocando o primado das estruturas para a importância do conceito de rede, das comunidades de pertença e das estratégias singulares. Em aliança com as perspectivas antropológica e sociológica, possibilitam a apreensão dos actores educativos e das experiências de vida, valorizando o nível micro da análise histórica. Pode-se, assim, reconstruir os modos como os indivíduos produzem o mundo social, desenvolvendo estratégias de aliança e de confronto, redes de solidariedade ou atitudes de conflito. Neste sentido, a análise histórica procura a subjectividade inerente às relações sociais e os sentidos e estratégias que são desenvolvidos pelas comunidades, grupos e indivíduos (Chartier, 1994), adequando-se de forma particularmente assertiva aos contextos educativos. Supera-se, deste modo, um olhar exclusivamente macro, que privilegiou os mecanismos de poder e de controlo.

Entre estes dois níveis de análise (micro e macro), um outro tem assumido relevância: as abordagens meso, que incidem sobre as instituições educativas, o universo de produção dos documentos arquivísticos, como sublinhámos. A mesoabordagem privilegia as relações com o nível macro das

decisões políticas (de que os textos legais constituem os dispositivos de suporte) e integra a dimensão micro, englobando as perspectivas que os actores educativos, nomeadamente os professores, apresentam sobre a sua instituição, a sua profissão e as práticas sociais. Os historiadores da educação só recentemente se têm vindo a ocupar da arqueologia material da escola, dando atenção aos silêncios da história do ensino e superando o esquecimento da intrahistória da escola e da especificidade própria das instituições educativas.

Por seu lado, a nova história cultural e intelectual tem assumido uma importância crescente no campo científico da história e também da história da educação. Os seus instrumentos teóricos e metodológicos permitem abordagens adequadas às novas problemáticas, contribuindo para a compreensão dos discursos produzidos pelos actores educativos no interior do espaço social que ocupam. A geração do *linguistic turn* está na origem de uma viragem, que propõe um movimento de translação dos olhares dos historiadores, no sentido da externalidade dos processos educativos para a internalidade do trabalho escolar e da abordagem contextual para a análise textual das práticas discursivas. A linguagem e os textos ocupam um lugar central nesta nova perspectiva historiográfica e os trabalhos de Michel Foucault e de Roger Chartier, entre outros, deram contributos decisivos para a sua afirmação.

Os textos e os discursos não são objectos que revelam uma realidade que se encontra oculta sob eles, mas constituem eles próprios, enquanto modos de expressão da linguagem e das estruturas mentais, sistemas de construção dessa realidade, que prescrevem tanto como a descrevem, sendo produtos materiais da mediação entre as realidades pessoais e sociais. Neste sentido, a pesquisa histórica não se centra apenas na materialidade dos factos, mas também nas comunidades discursivas que os interpretam e os inscrevem num tempo e num espaço determinados. A atenção dos cientistas incide na experiência e nas formas como esta se constitui em práticas discursivas dos actores educativos (directores, professores, alunos), que interpretam e reinterpretam o seu mundo, conferindo sentido às suas experiências escolares e profissionais e registando as suas ideias nos documentos que chegam até nós, guardados nos arquivos.

Os textos, os documentos, são acontecimentos e produtos históricos, relacionando-se de forma complexa com os seus vários contextos de produção e de recepção, ao mesmo tempo que constituem elementos essenciais para a reconstrução dos contextos em que foram elaborados, difundidos, (re)apropriados e utilizados. A problemática das fontes de informação primárias e dos arquivos escolares coloca-se de forma premente, no centro deste quadro teórico-metodológico.

Situamo-nos numa zona de fronteira, de cruzamento, das novas perspectivas da história da educação, da história cultural, da história social e também das ciências da educação. Assiste-se a uma renovação das problemáticas teóricas e de uma reinvenção dos terrenos de pesquisa, das fontes de informação, das práticas de investigação e do aprofundamento metodológico, em que a perspectiva historiográfica se afirma face às antigas abordagens de matriz essencialmente sociológica. A afirmação de uma história que se reclama de um pensamento cultural crítico estabelece uma agenda de diálogo entre as preocupações do presente e as realidades do passado, num esforço de compreensão em que se interrogam estas últimas para alcançar a inteligibilidade dos tempos presentes.

OS ARQUIVOS, A CULTURA ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA EDUCATIVA

No interior de estruturas complexas, como são as escolas, as pessoas estabelecem e relações de poder e de comunicação, transmitem e apreendem uma cultura e são, por sua vez, produtoras de culturas. Constitui-se, assim, um universo específico, do qual nos foram deixados, ao longo do tempo, documentos e testemunhos que possibilitam o conhecimento, a apreensão da vida das instituições. Em consequência, dá-se uma atenção renovada ao trabalho interno de produção de uma cultura escolar, que tem especificidades próprias e não pode ser olhada como o mero prolongamento das culturas em conflito na sociedade, apesar de se relacionar com elas.

Nesta perspectiva, o exercício do arquivo integra-se no processo de conhecimento e compreensão da cultura escolar. Os fundos arquivísticos são cons-

tituídos por documentos específicos, produzidos quotidianamente no contexto das práticas administrativas e pedagógicas; são produtos da sistemática “escrituração” da escola e revelam as relações sociais que, no seu interior, foram sendo desenvolvidas pelos actores educativos.

A instituição escolar constitui o universo de uma cultura própria e sedimentada historicamente, sendo também a produtora dos traços / documentos dessa cultura. Estes documentos configuram, na sua diversidade e variedade, o património educativo de cada instituição — o espaço físico (edifício e zona envolvente) corporiza esse universo, os espólios arquivístico, museológico e bibliográfico integram os documentos, portadores de informações valiosas e que nos trazem, do passado até ao presente, aspectos da vida da escola e que tornam possível escrever o itinerário da instituição. No âmbito de processos de investigação, a análise destes documentos e a comparação que se estabelece entre as informações que, no seu conjunto, fornecem, permite-nos conferir sentidos ao passado e compreender também a constituição / consolidação da cultura escolar, na teia das relações que esta estabelece com as outras culturas presentes na sociedade (Chartier, 1988, 1994).

Conceito amplo e abrangente, a cultura escolar apresenta uma natureza profunda e fundamentalmente histórica. A perspectiva da escola como entidade produtora de uma cultura específica, original, tem vindo a ocupar, nos últimos anos, a atenção de historiadores da educação que têm sublinhado as virtualidades deste conceito, considerando-o um poderoso instrumento de análise das realidades educativas, em várias das suas vertentes (Julia, 1995, 2000; Chervel, 1998; Viñao Frago, 1998, 2001; Ruiz Berrio, 2000; Escolano Benito & Hernández Díaz, 2002). Não cabe neste artigo estabelecer as diferenças que as suas perspectivas apresentam, mas tão só realçar a importância deste conceito e os aspectos convergentes das várias abordagens.

Constituída por um conjunto de teorias, saberes, ideias e princípios, normas, regras, rituais, rotinas, hábitos e práticas, a cultura escolar, na sua acepção mais lata, remete-nos também para as formas de fazer e de pensar, para os comportamentos, sedimentados ao longo do tempo e que se apresentam como tradições, regularidades e regras, mais subentendi-

das que expressas, as quais são partilhadas pelos actores educativos no seio das instituições. Os traços característicos da cultura escolar (continuidade, persistência, institucionalização e relativa autonomia) permitem-lhe gerar produtos, que lhe dão a configuração de uma cultura independente. Esta cultura constitui um substrato formado, ao longo do tempo, por camadas mais entrelaçadas que sobrepostas, que importa separar e analisar. O exercício do arquivo tem um espaço importante neste processo historiográfico de investigação sobre a cultura escolar.

Constituído fundamentalmente por documentos escritos, o arquivo ocupa um lugar central que decorre da directa relação da escola com o universo da cultura escrita. A escrita tem, ela própria, uma posição de grande centralidade no quotidiano escolar (na gestão administrativa, nas relações pedagógicas, na construção de saberes, nas relações sociais), estando presente em toda a vida da instituição. É esta íntima relação que o arquivo reflecte, na materialidade dos seus documentos e de forma mais consistente e lógica que os outros espólios, compreendendo-se assim o lugar central que ocupa na vida e na história da escola.

Nos últimos anos do século XX assistiu-se, em Portugal, como no Brasil, à emergência de um significativo interesse pela escola e pelo seu passado. Os novos olhares que foram dirigidos, pelos investigadores da história da educação, sobre o património e a história da escola privilegiaram também as memórias dos actores educativos e desenvolveram projectos de investigação e intervenção sobre essas temáticas. Por seu lado, um conjunto significativo de iniciativas, de natureza e objectivos muito diversos, evidenciaram a dimensão mais vasta deste interesse, enraizando-o numa procura social de identidade e de recuperação da memória em torno da escola. A identificação deste movimento profundo contribuiu para a necessidade de valorizar e recuperar os documentos que a escola foi produzindo sobre ela própria, quotidianamente, na actividade regular com que foi tecendo a sua própria história.

As iniciativas indicadas têm sido protagonizadas por pessoas e instituições preocupadas com esta problemática e podemos traçar a evolução deste movimento centrando a atenção num exemplo específico. Em Portalegre, a comunidade educativa

deu visibilidade a este seu interesse com a realização, entre 1998 e 2001, de encontros, exposições e publicações sobre o património educativo e a cultura escolar (Mogarro, 2001b, 2001c), tendo-se também efectuado a sua divulgação em congressos e encontros internacionais, nacionais e locais (Mogarro, 2003a, 2002; Mogarro e Crespo, 2001). Uma segunda fase inicia-se em 2002, com um processo de reflexão sobre o trabalho realizado e que conduziu à elaboração e implementação de um projecto de investigação e de intervenção designado por “Rede de Museus Escolares de Portalegre (REMEP)” (Mogarro, 2003b). Este projecto não se limita, contudo, aos objectos materiais que integram o património educativo de uma instituição escolar; no seu âmbito, assume-se uma perspectiva mais alargada, concebendo-se os vários espólios (arquivístico, museológico e bibliográfico) de forma articulada, embora salvaguardando sempre a especificidade técnica que decorre da natureza dos documentos de cada um desses espólios e dos respectivos suportes.

A designação deste projecto compreende-se também pelo reconhecimento da importância que os objectos materiais têm e que se liga ao poder da visibilidade que eles conferem aos acontecimentos do passado e aos fenómenos sociais. Com eles, o cidadão comum e as populações em geral evocam as recordações da sua infância e juventude, as histórias da sua vida, as recordações, o seu passado que é trazido até ao presente. O sucesso que estas iniciativas têm tido junto das comunidades constitui um factor determinante para a atenção e apoio que as entidades locais (como alguns municípios) têm vindo a dar a mostras, exposições e criação de museus escolares. Esse sucesso é também um indicador importante a ter em conta na organização do trabalho científico sobre estas temáticas, no que se refere ao estabelecimento de parcerias, à adopção de atitudes e procedimentos e à divulgação de realizações e objectivos.

Com a formação de uma Rede de Museus Escolares em Portalegre¹ pretende-se contribuir para a construção e consolidação de uma memória educativa e, por este meio, de uma identidade. Neste sentido, importa aprofundar a ligação das escolas aos seus itinerários históricos, numa perspectiva de valorização dos percursos institucionais e da uma

cultura escolar, promovendo a relação da população com o seu passado escolar e criando um sentimento de pertença a uma entidade colectiva.

O mesmo projecto pretende reforçar a relação entre a escola e a comunidade, tomando como referência esse elemento comum a (quase) todas as pessoas — a escola, a memória da escola e da infância, assim como os objectos materiais que convocam essa memória.

Os públicos escolares (e os jovens em geral) constituem também uma preocupação dos projectos desta natureza, visando-se promover uma formação enraizada na evolução do sistema educativo, das suas instituições e dos processos de ensino-aprendizagem, numa perspectiva de continuidade que forneça referências às inovações da actualidade. Os alunos já têm sido envolvidos em actividades desta natureza e as temáticas do património educativo e da cultura escolar devem ser incorporadas nas práticas educativas, em conteúdos curriculares e em trabalhos desenvolvidos pelos alunos, nomeadamente ao nível da sala de aula ou de clubes sobre a história da escola (Vidal & Zaia, 2002). Nestas actividades é fundamental utilizar os documentos da própria instituição, numa relação directa entre o tempo presente e o passado que lhe está subjacente. Mais uma vez, o lugar central do arquivo adquire visibilidade e pertinência.

O desenvolvimento sustentável destes projectos implica uma programação de actividades culturais, eventos diversos e publicações para recuperar a memória educativa, dinamizando a realidade cultural e pedagógica actual. Neste contexto, ganha novo sentido a realização de exposições e mostras educativas e culturais, permanentes ou temporais, com fundos museológicos e arquivísticos das instituições e outros fundos, obtidos por empréstimo.

Mesmo sendo realizações locais, estes projectos devem assumir a comunicação permanente com outros espaços. As suas finalidades visam também criar condições para a investigação no âmbito da cultura e da educação, da história e das memórias (constituição de centro de dados e recursos documentais, elaboração de projectos relacionados, realização de conferências e encontros, atrás referidos), de forma a fomentar o estudo e difusão de novos conhecimentos, tanto localmente como à dimensão nacional. Por outro lado, deve incentivar-se

a integração desta temática em projectos nacionais de investigação e em projectos de cooperação internacional, nomeadamente entre Portugal e o Brasil.

No espaço europeu, o movimento de preservação e valorização do património da educação tem vindo a ganhar uma relevância crescente nos campos científicos da educação e da história. Articulando linhas de investigação, neste domínio, com iniciativas de grande fôlego que conferem visibilidade à história da escola e ao património da educação em vários países, surgiram, nos últimos anos, publicações cujos autores pertencem às comunidades científicas da história da educação e estão, simultaneamente, ligados à criação, revitalização e direcção de museus de educação de prestígio internacional. Em França, uma obra colectiva de referência sobre o património da educação nacional (Bidon; Compère & Gaulupeau, 1999) articula-se com a acção desenvolvida pelo *Musée National de l'Éducation* (Rouen), que pertence ao *INRP — Institut National de Recherche Pédagogique*.

Em Espanha, os livros que surgiram sobre esta temática (já indicados) inserem-se num movimento que também conduziu à criação do *Muþega — Museo Pedagógico de Galicia*, assim como a outras iniciativas que surgiram no país, no domínio da museologia da educação e da infância. Na Grã-Bretanha, os estudos mais teóricos sobre a materialidade da escola (Lawn & Grosvenor, 2005) tem a sua correspondência em várias iniciativas do mesmo género.

Retomando a questão específica dos arquivos escolares, não podemos deixar de sublinhar novamente o lugar de referência, que eles ocupam no conjunto dos espólios escolares. A tarefa de recuperar, preservar, estudar e divulgar o património educativo, nomeadamente os arquivos escolares, adquire um novo sentido e urgência, que passa pela necessidade de definir orientações e dar consistência ao movimento que hoje se faz sentir, tanto a nível social como científico, sobre a escola, a sua história e memória.

1. A “Rede de Museus Escolares de Portalegre” instituiu-se com a assinatura de um protocolo entre as instituições fundadoras, estatuto que decorre da posição de cada uma no sistema educativo, a nível local: as escolas são as detentoras dos respectivos fundos históricos, outros organismos tutelam essas mesmas escolas ou desenvolvem projectos de investigação e intervenção, neste âmbito. O protocolo foi assinado pela Câmara Municipal de Portalegre, a Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA), a Escola Secundária Mouzinho da Silveira, a Escola Secundária de S. Lourenço, os Agrupamentos de Escolas n.º 1 e n.º 2 de Portalegre, o Instituto Politécnico de Portalegre e a Escola Superior de Educação. A constituição desta rede permite enraizar institucional e socialmente o projecto, envolvendo o governo autárquico, as escolas e os decisores educativos, a nível local e regional.

A Rede de Museus Escolares de Portalegre é constituída por núcleos escolares, que funcionam de forma articulada entre si, segundo as actuais concepções que defendem que o passado e os seus testemunhos materiais pertencem às comunidades herdeiras dos produtores desses mesmos materiais. Foram assim constituídos núcleos na Escola Secundária Mouzinho da Silveira (antigo Liceu), na Escola Secundária de S. Lourenço (antiga escola técnica) e estuda-se a constituição do núcleo da escola primária, a partir das equipas que desenvolvem trabalho nos dois Agrupamentos de Escolas da cidade de Portalegre; a viabilidade de outros núcleos também está a ser analisada, como o da antiga Escola do Magistério Primário, já extinta e cujo arquivo se encontra à guarda do Instituto Politécnico local. Estes núcleos são constituídos por equipas de professores das próprias escolas, que se propõem fazer o levantamento e a organização dos respectivos espólios e desenvolver actividades com base nos seus documentos, nomeadamente envolvendo os alunos de cada instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIDON, D. A.; COMPÈRE, M. M. & GAULUPEAU, Y. (1999). *Le patrimoine de l'éducation nationale*. Charenton-le-Pont: Flohic.
- CHARTIER, R. (1988). *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- CHARTIER, R. (1994). *L'histoire aujourd'hui: douces, défis, propositions*. Valência: Universitat de València e Asociación Vasca de Semiótica.
- CHERVEL, A. (1998). *La culture scolaire. Une approche historique*. Paris: Belin.
- ESCOLANO BENITO, A. & HERNÁNDEZ DÍAZ, J. (2002). *La memoria y el deseo. Cultura de la escuela y educación deseada*. Valência: Tirant lo blanch.
- HILSDORF, M. L. S. (1999). *Tempos de Escola: fontes para a presença feminina na educação — S. Paulo (Século XIX)*. S. Paulo: Editora Plêiade.
- JULIA, D. (1995). La culture scolaire comme objet historique. In A. NÓVOA; M. DEPAEPE & E.V. JOHANNINGMEIER (eds.), *The colonial experience in education: historical issues and perspectives*. Gent: Paedagogica Historica. International Journal of the History of Education (Supplementary Series, I), pp. 353-382.
- JULIA, D. (2000). Construcción de las disciplinas escolares en Europa. In J.R. Berrio (ed.), *La cultura escolar de Europa. Tendências históricas emergentes*. Madrid: Biblioteca Nueva, pp. 45-78.
- LAWN, M. & GROSVENOR, I. (eds.) (2005). *Materialities of schooling. Design, technology, objects, routines*. Oxford: Symposium Books.
- MAGALHÃES, J. (2001). *Roteiro de fontes para a história da educação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- MOGARRO, M. J. & CRESPO, M. E. (2001). O liceu de Portalegre — percurso entre a memória e o arquivo. In *História e Memória da Escola. Actas do III Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*. Lisboa: APH – Associação de Professores de História, pp. 73-77.
- MOGARRO, M. J. (2001a). *A formação de professores no Portugal contemporâneo — a Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Tese de doutoramento. Cáceres: Universidade da Extremadura (texto policopiado).
- MOGARRO, M. J. et al. (2001b). Catálogo da Exposição *História e Memória da Escola*. In *Actas do 3.º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre. História e Memória da Escola — 2.º vol.* Lisboa: A.P.H. — Associação de Professores de História, pp. 75-103.

- MOGARRO, M. J. (2001c). Projecto: História e memória da escola. *Aprender – Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 24, Outubro, pp. 91-93.
- MOGARRO, M. J. (2002). O lugar dos museus nas correntes pedagógicas em Portugal — uma perspectiva histórica. *Revista Ícone Educação*, 8, 1 e 2, Jan./Dez., pp. 183-192.
- MOGARRO, M. J. (2003). Liceu Mouzinho da Silveira — Portalegre. In A. NÓVOA & A.T. SANTA-CLARA (coords.), “*Liceus de Portugal*”. *Histórias, Arquivos, Memórias*. Lisboa: Edições ASA, pp. 558-579.
- MOGARRO, M. J. (2003a). Os museus pedagógicos em Portugal: história e actualidade. In V.P. SA-AVEDRA (coord.), *I Foro Ibérico de Museísmo Pedagógico — O Museísmo Pedagógico en España e Portugal: itinerarios, experiencias e perspectivas*. Santiago de Compostela: Xunta da Galicia / Mupega — Museu Pedagógico da Galicia, pp. 85-114.
- MOGARRO, M. J. (coord.) (2003b). *Projecto: Rede de Museus Escolares de Portalegre (REMEP)*. Portalegre.
- MOGARRO, M. J. (2005). Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. *Revista Pro-Posições*, 16,1, 46, Jan./Abr., pp. 103-116.
- MORAES, C. S. V. & ALVES, J. F. (org.) (2002). *Inventário de fontes documentais. Contribuição à pesquisa sobre o ensino técnico no Estado de S. Paulo*. S. Paulo: Centro Paula Souza e Imprensa Oficial do Estado.
- NÓVOA, A. & SANTA-CLARA, A. T. (coords.) (2003). “*Liceus de Portugal*”: *arquivos, histórias, memórias*. Porto: Edições Asa.
- NÓVOA, A. (coord.) (1997). *Instituto Histórico da Educação*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Ó, J. Ramos do (2003). *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX — meados do século XX)*. Lisboa: Educa.
- RUIZ BERRIO, J. (ed.) (2000). *La cultura escolar de Europa. Tendências históricas emergentes*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- VIDAL, D. G. & MORAES, C. S. V. (orgs.) (2004). *Escola de Aplicação: o arquivo da escola e a memória escolar*. CR ROM. S. Paulo: Centro de Memória da Educação — FEUSP.
- VIDAL, D. G. & ZAIA, I. B. (2002). De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In C.S.V. MORAES & J.F. ALVES (orgs.), *Inventário de fontes documentais. Contribuição à pesquisa sobre o ensino técnico no Estado de S. Paulo*. S. Paulo: Centro Paula Souza e Imprensa Oficial do Estado, pp. 33-42.
- VIEIRA, J. (2003). A vertente arquivística do projecto. In A. NÓVOA & A.T. SANTA-CLARA (coords.), “*Liceus de Portugal*”. *Histórias, Arquivos, Memórias*. Lisboa: Edições ASA, pp. 805-856.
- VIÑAO FRAGO, A. (2001). Fracasas las reformas educativas? La respuesta de un historiador. *Educación no Brasil: história e historiografia*. Campinas/ S. Paulo: Autores Associados, SBHE — Sociedade Brasileira de História da Educação, pp. 21-52.
- VIÑAO FRAGO, A. (1998). Por una historia de la cultura escolar: cuestiones, enfoques, fuentes. In *Culturas y civilizaciones. III Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*. Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 167-183.
- ZAIA, I. B. (2004). *O acervo escolar: organização e cuidados básicos*. S. Paulo: FEUSP.